

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2014.

COMUNICAÇÃO Nº 146/14 – TJD/RJ

**DECISÃO DA “5ª” COMISSÃO DISCIPLINAR REGIONAL - CDR -
TJD/RJ**

Sob a Presidência do Auditor Dr. Mario Antônio D. O. Couto, presentes os Auditores Dr. Wanderley Rebello de O. Filho, Dr. Luiz Bomfim Pereira da Cunha, filho, Dr. Marcelo dos Santos Avelino e a Procuradora Dra. Cristiane Prota, ausência justificada do Dr. Libero Atheniense T. Junior reuniu-se às 17h10 do dia 12 de maio de 2014, no Auditório do Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol do Estado do Rio de Janeiro no Plenário Dr. Homero das Neves Freitas, situado à Rua do Acre, 47, 7º andar, Centro, Rio de Janeiro, a 5ª Comissão Disciplinar Regional tomando as seguintes deliberações.

1) Aprovada a ata da sessão anterior.

2) Processo: nº 237/14

1º) Denunciado: André Guerreiro Rocha (Atleta do CR Vasco da Gama)

Tipificação: Art. 254-A do CBJD

2º) Denunciado: Anderson Sebastião Cardoso (Atleta do CR Flamengo)

Tipificação: Art. 254-A do CBJD

3º) Denunciado: Luiz Felipe Ventura dos Santos (Atleta do CR Flamengo)

Tipificação: Art. 258, 243-D § único e 243-F § 1º na forma do art. 184 do CBJD.

Jogo: CR Flamengo x CR Vasco da Gama

Categoria: Série A - Profissional

Data jogo: 13/04/2014

Representante legal do denunciado: Dr. Michel Assef (CR Flamengo) e Dr. Rafael Fachada (CR Vasco da Gama)

Auditor Relator: Dr. Wanderley Rebello O. Filho
Juntada procuração do CR Flamengo

Depoimento pessoal: Sr. Luiz Felipe Ventura dos Santos, RG: 785523545SSPBA - atleta.

“Indagado pelo relator respondeu que não se lembrava da frase exata que tinha proferido; indagado pela D. Procuradoria se ele lembrava as exatas palavras quando concedeu a entrevista, respondeu que não. Dada a palavra ao seu Ilustre Patrono foi indagado o depoente, e disse que não teve a intenção de ofender aos atletas do CR Vasco da Gama e sua torcida”.

Resultado: Requerido pelo patrono do 1º denunciado prazo de 24 horas para juntada da procuração, sendo concedida pela Comissão. Sendo advertido que não poderá mais utilizar-se da defesa nesta comissão e neste Tribunal sem instrumento de mandato, oficie-se o clube CR Vasco da Gama.

Apresentado pela defesa do 2º denunciado prova de vídeo e documental. Apresentado pela D. Procuradoria prova de vídeo.

Requerido pela D. Procuradoria a desclassificação para o art. 250 do CBJD do 1º e 2º denunciados e a absolvição dos arts. 243-D § único e 243-F § 1º do 3º denunciado.

Por maioria de votos, suspenso o 1º denunciado em 1(uma) partida, sendo a pena convertida em advertência, quanto à desclassificação do art. 254-A para o art. 250 do CBJD. Votos vencidos dos Auditores Dr. Wanderley Rebello e Dr. Mario Antônio D. O. Couto que aplicavam pena de 1(uma) partida, quanto à desclassificação do art. 254-A para o art. 250 do CBJD.

Por maioria de votos, suspenso o 2º denunciado em 1(uma) partida, sendo a pena convertida em advertência, quanto à desclassificação do art. 254-A para o art. 250 do CBJD. Votos vencidos dos Auditores Dr. Wanderley Rebello e Dr. Mario Antônio D. O. Couto que aplicavam pena de 1(uma) partida, quanto à desclassificação do art. 254-A para o art. 250 do CBJD.

Por maioria de votos, absolvido o 3º denunciado, quanto à imputação do art. 258 do CBJD. Voto vencido do Auditor Dr. Wanderley Rebello que aplicava pena de 1(uma) partida, sendo a pena convertida em advertência, quanto a imputação do art. 258 do CBJD e por unanimidade de votos, absolvido o denunciado, quanto à imputação dos arts. 243-D § único e 243-F § 1º do CBJD.

3) Processo: nº 238/14

Denunciado: Mario Pierre de S. Assumpção e Silva (Atleta do Madureira EC)

Tipificação: Art. 250 do CBJD

Jogo: Fluminense FC x Madureira EC

Categoria: Série A – Sub 20

Data jogo: 16/04/2014

Representante legal do denunciado: Dr. Tiago Amaro

Auditor Relator: Dr. Luiz Bomfim P. Cunha, filho
Juntada procuração

Resultado: Por unanimidade de votos, suspenso o denunciado em 1(uma) partida, sendo a pena convertida em advertência, quanto à imputação do art. 250 do CBJD.



4) Processo: nº 239/14

Denunciado: Mario Martins Junior (Técnico do Duque de Caxias FC)

Tipificação: Art. 243-F § 1º do CBJD

Jogo: Friburguense AC x Duque de Caxias FC

Categoria: Série A – Sub 20

Data jogo: 19/04/2014

Representante legal do denunciado: Dr. Rafael Fachada

Auditor Relator: Dr. Luiz Bomfim P. Cunha, filho

Resultado: Requerido pelo patrono do denunciado prazo de 24 horas para juntada da procuração, sendo concedida pelo Relator.

Por unanimidade dos votos suspenso o denunciado em 2(duas) partidas, quanto à desclassificação do art. 243-F § 1º para o art. 258 do CBJD.

Processo baixado para D. Procuradoria para analisar a conduta do atleta expulso.

5) Processo: nº 240/14

Denunciado: Allan Duarte Luiz (Atleta do CE Ação)

Tipificação: Art. 243-F § 1º do CBJD

Jogo: CE Jacarepaguá x CE Ação

Categoria: Amador da Capital – Sub 17

Data jogo: 19/04/2014

Representante legal do denunciado: Ausente

Auditor Relator: Dr. Marcelo dos S. Avelino

Resultado: Por maioria de votos, suspenso o denunciado em 1(uma) partida, quanto à desclassificação do art. 243-F § 1º para o art. 258 do CBJD. Voto vencido do Auditor Dr. Marcelo S. Avelino que aplicava pena de 4(quatro) partidas e multa de R\$ 100,00(cem reais), quanto a imputação do art. 243-F § 1º do CBJD.

6) Processo: nº 241/14

Denunciado: Bonsucesso FC (Associação)

Tipificação: Art. 191 III CBJD

Jogo: Nova Iguaçu FC x Bonsucesso FC

Categoria: Série A – Sub 20

Data jogo: 30/04/2014

Representante legal do denunciado: Ausente

Auditor Relator: Dr. Marcelo dos S. Avelino

Resultado: Por maioria de votos, multado o denunciado em R\$ 300,00(trezentos reais), quanto à imputação do art. 191 III do CBJD. Voto vencido do Auditor Dr. Luiz Bomfim que absolvía o denunciado, quanto à imputação do art. 191 III do CBJD.



Prazo de 10(dez) dias para pagamento da pena pecuniária a contar da data da publicação.

7) Conforme art. 170 § 2º do CBJD, fica o atleta amador isento do pagamento da pena pecuniária.

8) Todos os apenados com previsão dos benefícios do art. 182 do CBJD, gozarão dos mesmos por ocasião dos cumprimentos das obrigações. Deverá ser observado o § 2º do art. 170 do CBJD.

9) O Procurador se manifestou em todos os processos.

10) Todos os resultados dos julgamentos da presente sessão foram proclamados ao término de cada julgamento, em conformidade com o disposto do art. 133 do CBJD.

11) OS PAGAMENTOS DAS PENAS PECUNIÁRIAS DEVERÃO SER QUITADOS EM ATÉ 10(DEZ) DIAS, A PARTIR DA DATA DA PUBLICAÇÃO DA DECISÃO. CABE TAMBÉM RESSALTAR, QUE NO MESMO PRAZO DEVERÁ SER COMPROVADO JUNTO A SECRETARIA DESTA E. TRIBUNAL O PAGAMENTO DE TAL OBRIGAÇÃO, NOS MOLDES DO CONTIDO NO ART. 176-A § 1º DO CBJD, SOB PENA DE DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO.

12) Sem mais, foi encerrada a sessão às 18h40min.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2014.

Mario Antônio D.O. Couto
Presidente da Comissão

Rosangela R. Silva
Secretária Adjunta